

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS: PERFIL EXPORTADOR DO TOCANTINS

RICARDO NIEHUES BUSS

Universidade Federal do Tocantins – UFT

DENISE FRANÇA DOS SANTOS

Universidade Federal do Tocantins – UFT

FRANCIS BARBOSA SANCHES

Universidade Federal do Tocantins – UFT

RESUMO

O objetivo deste artigo é discorrer sobre as exportações brasileiras, enfatizando o perfil exportador do Tocantins e a sua posição em relação aos outros estados, destacando de maneira geral os principais mercados e produtos de exportação. Outro intuito é ressaltar sua infraestrutura, que é um dos principais fatores relevantes para a competitividade no âmbito internacional, assim como também descrever as ações de fomento governamentais para o desenvolvimento do mais novo estado Brasileiro. A importância deste trabalho se concretiza pelo fato de a atividade exportadora ser de grande relevância para o crescimento do país. Por isso optou-se por uma pesquisa descritiva, quantitativa e qualitativa, de procedimento bibliográfico e documental, a fim de contribuir para o aprofundamento da abordagem no assunto e o acréscimo de documentos relevantes, no intuito de promover a atenção para o estado e ressaltar a importância do fomento às exportações. De modo geral o trabalho aponta como o principal produto exportado, o complexo de soja, e como principal exportador, o município de Campos Lindos, tendo a Ásia como principal destino de exportação do Estado.

Palavras Chave: Exportações; Infraestrutura; Fatores de Fomento.

1 INTRODUÇÃO

Diante da importância significativa de aumentar a parcela de mercado, as empresas em geral, principalmente as de grande porte, voltaram-se para a atividade exportadora, com o intuito de aumentar os lucros, promover seus produtos e marcas e diminuir os riscos como oscilações no mercado e sazonalidade. Segundo Vazquez (2009), a exportação é uma exigência política econômica nacional, que atende tanto o comerciante que exporta, como a nação que importa seus produtos por motivos de comprar aquilo que não produz internamente, ou por ser mais vantajoso do que produzir em seu mercado doméstico.

Apesar de todo o esforço empreendido ao longo dos anos pelo governo através de ações, políticas e acordos econômicos para promover as exportações e envolver os empresários tanto de grandes como pequenos negócios, ainda são necessários significativos avanços para o fomento dessa atividade no país, que conforme o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC (2014), ainda é irrisória, sendo que a parcela de mercado externo, de 2004 a 2013 não ultrapassou 1,44%, e em relação ao PIB não chegou nem aos 15%. Já no âmbito estadual a participação na exportação também não é promissora, destacando-se poucos estados como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

A participação da atividade exportadora no Tocantins é de apenas 0,38%, ocupando o 18º lugar no *ranking* brasileiro, estando à frente de nove estados, fazendo-se necessário analisar os fatores que exercem influência para o crescimento das exportações do estado, tais como infraestrutura de transporte, os municípios de maior potencial, números de empresas que atuam no mercado externo, a pauta de produtos, os principais mercados de destino e as suas riquezas naturais que são consideradas estratégicas para o tema abordado.

Assim o objetivo geral do estudo é entender o perfil exportador do Tocantins, apresentando subsídios que possam aprimorar o seu desenvolvimento nas exportações. Para atingir o objetivo é necessário identificar os fatores de fomento às exportações; descrever a infraestrutura de transporte no Tocantins; apresentar os principais produtos exportados pelo Estado e analisar quais são os municípios tocaninenses que mais exportam e seus principais mercados.

Neste aspecto, toda e qualquer contribuição com a finalidade de promover maiores condições para impulsionar essa atividade é extremamente importante e válida. A geração de conhecimento regional sobre o potencial existente e os que podem ser explorados pelo governo e pelos empreendedores, pode alavancar ainda mais as exportações na região.

Para buscar responder a essas questões, o estudo inicia apresentando os aspectos históricos da exportação no Brasil, seguido pelos conceitos de exportação e os fatores indispensáveis de fomento e geração de competitividade, instituídos como os pilares necessários para o desenvolvimento do país, além dos incentivos governamentais para alavancar as exportações. Na sequência é indicada a metodologia utilizada, que se baseou em uma pesquisa de caráter descritivo, bibliográfica e documental, utilizando-se de estatísticas de órgãos governamentais para a análise dos dados. Em seguida é analisado o perfil exportador do Tocantins, por meio dos resultados obtidos em relação aos fatores que exercem influência para o crescimento das exportações, examinando os municípios do estado de maior potencial.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 EXPORTAÇÃO BRASILEIRA

A exportação é uma grande atividade estratégica, pois favorece significativamente a geração de emprego e renda, a entrada de divisas, que possibilita saldar as dívidas externas e estabiliza a economia do país, contribuindo para o crescimento da mesma. Além disso,

alcançar os mercados externos diminui os ricos de sazonalidade e elimina a total dependência das empresas a um único mercado. Diante dessa realidade, segundo o MIDC (2014), apesar dos esforços para alavancar as exportações brasileiras, o Brasil teve um retrocesso em suas exportações no ano de 2014, pois exportou 7% a menos que no ano anterior, onde ocupava o 22º lugar dos países que mais exportam do mundo, tendo a China como primeira e os Estados Unidos em segundo lugar.

A atividade exportadora sempre apresentou barreiras e grande fator de competitividade mundial, ao longo dos anos foram planejadas várias ações para alavancar as exportações brasileiras, entretanto ainda é preciso muito esforço, por parte das organizações privadas e principalmente do governo para aumentar a parcela de mercado externo, que ainda é considerada irrisória nas exportações mundiais, correspondendo apenas 1,33% no ano de 2013. O ano de 2011 exibiu 1,43% - a maior participação mundial entre 2004 a 2013, e em contrapartida o ano de menor participação foi 2004 com 1,08%. A Figura 1 expõe os principais fatos relacionados à exportação e sua evolução ao longo dos anos no Brasil.

Figura 1:

História da exportação brasileira

ANO	ACONTECIMENTO:
<ul style="list-style-type: none"> 1808-1840 	<ul style="list-style-type: none"> Constituição da Corte Portuguesa e início da emancipação política e econômica. Publicação da Carta Régia de abertura dos portos. E independência do Brasil. Produção principal: café, metais, açúcar, tabaco, arroz, especiarias e couro. Descoberta da vulcanização da borracha e destaque do café nas exportações.
<ul style="list-style-type: none"> 1841-1860 	<ul style="list-style-type: none"> Expansão do Comercio Internacional e de transportes, com embarcações de metais movidas a vapor. Fim do tráfico negreiro internacional. Elevação dos direitos alfandegários e primeiro saldo positivo na balança desde a independência do Brasil, devido ao crescimento das exportações do café.
<ul style="list-style-type: none"> 1861-1890 	<ul style="list-style-type: none"> Empréstimo externo e emissão de títulos do tesouro para sanar despesas de guerra. Implantação de ferrovias, transporte entre os pontos de produção e portos.
<ul style="list-style-type: none"> 1891-1910 	<ul style="list-style-type: none"> Primeira constituição da República do Brasil e Crise do Encilhamento. Consolidação do Brasil como grande produtor de borracha e início da era do petróleo.
<ul style="list-style-type: none"> 1911-1920 	<ul style="list-style-type: none"> Principais Produtos exportados: açúcar, cacau, mate, peles e couro, fumo, algodão, borracha e o café, que responde por mais da metade das exportações. Diversificação agrícola, crise cafeeira e segundo plano de valorização do café.
<ul style="list-style-type: none"> 1921-1930 	<ul style="list-style-type: none"> Nova crise do café e terceira valorização. E crescimento das exportações agrícolas. Quebra da bolsa de Nova York, afetando economia cafeeira no Brasil.
<ul style="list-style-type: none"> 1931-1950 	<ul style="list-style-type: none"> A crise do café, causa colapso no Comercio exterior e o algodão desponta como segundo produto mais exportado. Aumento da demanda de matérias primas e volta do café na posição de destaque.
<ul style="list-style-type: none"> 1951-1960 	<ul style="list-style-type: none"> Retorno de Getúlio Vargas ao poder e desequilíbrio da balança comercial. Governo de J. Kubtheck, desenvolvimento ágil e consolidação da industrialização. Campanha de Nacionalização do Petróleo e defesa desse setor brasileiro.
<ul style="list-style-type: none"> 1961-1970 	<ul style="list-style-type: none"> Criação do Conselho Nacional de comercio exterior, do fundo de financiamento as exportações e do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento. Política de aumento da competitividade, ampliação de mercados externos e diversificação dos produtos exportados. Substituição as importações e maiores participações dos produtos manufaturados. O café, algodão e minérios ainda são responsáveis por 70% das exportações.
<ul style="list-style-type: none"> 1971-1980 	<ul style="list-style-type: none"> Alta e novo choque do preço do petróleo, e fim do período do milagre econômico.

<ul style="list-style-type: none"> • 1981-1990 	<ul style="list-style-type: none"> • Forte recessão do Brasil e extinção de órgãos governamentais, incluindo a CACEX. • A Secretaria de comércio exterior é concebida como Departamento de Comércio Exterior (DECEX) do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento.
<ul style="list-style-type: none"> • 1991-2008 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação da OMC, do Mercosul, do Siscomex, do DECOM- Defesa Comercial, e do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, que assumiu o comércio exterior no lugar do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento. • O Decex torna a ser Secretaria do novo Ministério, com o nome de Secretaria de Comércio Exterior (SECEX). E o MICT passa a se chamar (MIDIC). • Plano Real. Primeiro encontro de comércios exterior. • Fortalecimento da Globalização, do comércio mundial e recordes na exportação. • Participação ativa no comércio e nas defesas comerciais dos países emergentes.

Nota: Fonte: adaptado MDIC (2008); Dias e Rodrigues (2008).

De acordo os dados apresentados na Figura 1, que indicam os principais fatos relacionados ao comércio exterior brasileiro, enfatizando o âmbito da exportação, identifica-se que o café foi ao longo dos anos o produto responsável pelas maiores vendas ao mercado externo, com destaque também para o algodão, a borracha e os minérios.

Apesar das ações para diversificar a pauta de produtos exportados no Brasil, percebe-se que os principais produtos como: café, algodão, borracha, minérios, açúcar e fumo continuaram a ser a base produtiva da exportação brasileira. A crise do café e do petróleo gerou grande impacto na economia do país, marcando o período de 1971 a 1980 com o fim da prosperidade brasileira, que voltou a se estabelecer novamente só a partir da década de 90, apresentando resultados positivos com um recorde de exportações brasileiras entre os anos de 2001 a 2008, devido ao aumento anterior de parceiros e a diferenciação dos produtos exportados.

O período de 2009 apesar de ter se consolidado com o maior número de empresas exportadoras, teve uma regressão das exportações em milhões. Nos anos seguintes o Brasil se manteve estável, sem muitas variações, tendo em vista que o ano de 2011 apresentou o maior destaque em termos de evolução em milhões das exportações no período que corresponde 2009 até o ano de 2014.

Comparando o primeiro semestre de 2014 com o ano 2013, o Brasil sofreu retração de 3,4% nas exportações devido à queda do índice de preços gerada pela recessão da cotação das commodities. Porém em volume as exportações apontaram aumento de 1,4% em relação a 2013, sendo que nesse mesmo ano o Brasil continua na mesma posição no ranking dos principais países exportadores, ocupando a vigésima segunda posição, assim como no ano anterior. (MDIC, 2015).

Ainda conforme MDIC (2015), os principais produtos exportados no Brasil em 2014 foram em ordem decrescente: complexo de soja (grão, farelo e óleo), minérios, petróleo e combustíveis, material de transportes, carnes, químicos, produtos metalúrgicos, açúcar e etanol, máquinas e equipamentos, papel e celulose, café, calçados e couro, equipamentos elétricos, metais e pedras preciosas e têxteis. Comparando o mês de janeiro-fevereiro em relação ao ano de 2015 com 2014, verifica-se uma redução de 13,1% na média diária das exportações, sendo que os produtos que mais sofreram queda de preço foram: óleos combustíveis (-52,2%), petróleo em bruto (-49,4%), minério de ferro (-48,6%) e soja em grão (-19,9%). A Ásia, América Latina e Caribe e União Europeia permanecem como principais blocos de destino.

2.2 FATORES DE FOMENTO À EXPORTAÇÃO

“A exportação é a atividade que proporciona a abertura do país para o mundo”. (VAZQUEZ, 2009, p.181). Em outras palavras, a globalização possibilitou que os países explorassem outros campos e que seus produtos alcançassem novos mercados através da atividade exportadora, aumentando seu *market share* e ganhos econômicos. Em consequência desse fato cresceu significativamente o número de empresas concorrentes, gerando uma maior competitividade entre os países.

Ainda assim, apesar de todo o desenvolvimento dos mercados, é preciso haver profundas reformas na gestão e na infraestrutura pública, maior capacidade de geração de recursos, melhorias significativas em educação fundamental, saúde, e aprimoramento em geral. (TADEU, 2011).

Nessa perspectiva o Brasil precisa ainda de muito esforço para aumentar sua competitividade. Segundo o estudo *Global Competitiveness Report* (2015), um estudo publicado pelo WEF, o Brasil perdeu outra posição no ranking global de competitividade, ocupando em 2014 o 57º lugar, dentro dos quais são avaliados diferentes fatores de competitividade de 144 países.

O *Global Competitiveness Report* (2015) define ainda os pilares básicos para a competitividade de uma nação, como a infraestrutura de transportes, de comunicação, instituições, ambiente macroeconômico, educação e saúde. No Brasil esses pilares não são elevados, prejudicando o crescimento econômico no longo prazo e o fomento as exportações. Comparando o índice de competitividade global, com os países que formam os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), a China é o que mais se destaca ocupando a 28ª posição, seguido pela Rússia - 53ª, Brasil - 57ª, Índia - 71ª e África do Sul não aparece no ranking dos 144 países mais competitivos no mundo.

Conforme David e Stewart (2010, p.31), “infraestrutura é um termo coletivo que se refere a todos os elementos disponíveis (de propriedade pública ou privada) para facilitar o transporte, as comunicações e as trocas comerciais”.

O pilar infraestrutura de transporte é uma das que mais compromete o movimento das mercadorias do Brasil para o mercado externo, pois sem uma boa infraestrutura fica inviável exportar produtos com um bom custo concorrente, pois seria insatisfatório para o cliente que a mercadoria chegue com atraso, danificada e com um preço elevado.

Segundo o *Global Competitiveness Report* (2015), a infraestrutura de transporte brasileira ocupou a 77ª posição em 2014 apresentando um resultado pouco promissor. Os mais insatisfatórios foram na qualidade geral da infraestrutura na 120ª colocação, e no quesito qualidade dos portos e das estradas - 122º, no transporte aéreo -113º, e das ferrovias - 95º.

Além da infraestrutura de transporte, a de comunicação também é fundamental para o bom funcionamento das operações em qualquer transação. Entretanto as diferentes situações quanto ao serviço prestado e ao bom funcionamento dos meios de comunicação de um país para o outro são diversos, e em alguns casos pouco confiáveis. Como por exemplo interrupção de conversa no serviço telefônico e falta de sinal para discar. Nos serviços postais problemas de fraude, perda e comprometimento de mercadorias. E na internet que apesar de ser um forte meio de comunicação também está vulnerável ao comprometimento no tráfego. (DAVID E STEWART, 2010).

Apesar de todos esses fatores que podem comprometer as relações no mercado exterior, o Brasil no aspecto comunicação proporcionou resultado aceitável, ocupando o 37º no ranking em assinaturas de telefone móvel, e o 51º lugar no número de linhas por telefone fixo. (GLOBAL COMPETITIVENESS REPORT, 2015).

Ainda conforme os dados apresentados no *Global Competitiveness Report* (2015), referente ao ano de 2014, no pilar instituições o país também não ocupa posição de destaque

na 94ª colação. As causas principais são o peso da regulamentação governamental na posição 143º, desperdício do governo - 137º, confiança nos políticos - 140º, transparência do governo - 128ª, desvio de recursos públicos - 135º e pagamentos irregulares nas exportações e importações no 72º lugar. Além disso, agentes relacionados à criminalidade: custo da violência e crimes para os negócios - 124º, confiabilidade nos serviços policiais - 83º, e crime organizado - 119º, deixam o Brasil em posição preocupante e de descontentamento brasileiro.

O terceiro pilar evidencia o Ambiente Macroeconômico do Brasil, cujo equilíbrio é essencial para o crescimento dos negócios. Neste pilar, o Brasil ficou na 85ª posição em 2014, com um péssimo desenvolvimento nos fatores inflação e poupança nacional bruta na 110ª e dívida bruta do governo no 109º lugar. Apesar do resultado ruim nesses aspectos, o Brasil tem apresentado um bom desempenho no de Crédito no 38º, estando entre os 50 desde 2011, e sempre entre os 50 países de melhor desenvoltura nesse tópico.

E no ultimo pilar básico analisado, sendo educação e saúde, o Brasil atingiu uma melhora na sua posição, alcançando o 77º lugar em 2014. Na educação embora o número de matrículas no ensino primário seja ótimo na 18ª, a qualidade do ensino não tem a mesma perspectiva, ocupando a 126ª colocação no ranking. No aspecto saúde apresentou posições relativamente melhores, em relação a educação no 69º, expectativa de vida 78º e mortalidade infantil no 65º lugar.

De acordo com De Paula (2008, p. 9), outro fator que inibi o desenvolvimento do Brasil é que a geração que possui, hoje, entre 30 e 40 anos, não foram induzidos e capacitados na educação para abrirem e gerenciar seus próprios negócios, e sim interiorizaram a perspectiva de conseguir uma posição numa empresa estatal ou no serviço público. Ainda segundo o autor aos poucos esta realidade está se modificando. “Os jovens sabem que o setor público não apresenta nenhuma tendência de expansão. Portanto, precisam se preparar para conquistar posições no setor privado”.

Em outras palavras é evidente a necessidade de melhorar significativamente a infraestrutura dos hospitais, postos médicos, qualidade do atendimento e do ensino para que o Brasil possa progredir e atingir resultados mais eficazes.

Para que esse desenvolvimento aconteça é necessário investir em capital humano, pois são as pessoas que o promovem, ele não é fruto do crescimento da economia, e sim do anseio das pessoas de alcançarem uma qualidade melhor de vida para todos, de modo que a qualidade do capital humano reflete diretamente na qualidade e proporção do desenvolvimento. Deste modo a formação de habilidades, conhecimento e competência nas pessoas são primordiais para provocar o desenvolvimento do país. Esse investimento é gerado quando se aplica ações e recursos para uma boa educação em fatores relacionados à qualidade de vida, como as condições de saneamento, alimentação, saúde, habitação, transporte e segurança, sem as quais só a educação não consegue atingir os objetivos. (DE PAULA, 2008)

De acordo com o *Global Competitiveness Report* (2015), existem também outros fatores significativos considerados determinantes da eficiência, sendo eles a eficiência no mercado de bens, desenvolvimento do mercado financeiro, prontidão tecnológica e tamanho do mercado.

O pilar eficiência no mercado de bens não apresentou bons resultados, como exemplo, são necessários cerca de 108 dias para se começar um negócio, deixando o Brasil numa posição ruim, estando no 142º do ranking mundial. Os excessos de taxas são desanimadores para os investimentos nos negócios ocupando o 139º lugar, e os procedimentos aduaneiros complexos - 138º. O desenvolvimento do mercado financeiro é mediano, se destacando na solidez dos bancos no 13º lugar e na regulamentação da bolsa de valores na 17ª posição. A maior debilidade do Brasil neste tópico é o índice de direitos legais, em que o país teve nota 3 em um índice de 0 a 10, sendo o 113º do ranking.

No pilar prontidão tecnológica classifica-se a postura do país na fronteira tecnológica global de acordo com sua infraestrutura e empresas. O Brasil ainda precisa de muitos avanços

nesse pilar. No nível de absorção tecnológica, ocupou o 59º lugar e na disponibilidade de tecnologias recentes a 77ª posição, mas o índice para investimentos diretos estrangeiros e transferência de tecnologia possibilitou ao país a 39ª colocação.

O que se refere ao tamanho do mercado, sendo uma das principais vantagens do Brasil, considerando que o país tem o 6º maior mercado doméstico do mundo e o 7º maior PIB, além de possuir alto potencial de crescimento e exportação, classificado na 24ª posição. No entanto, devido à baixa competitividade do Brasil em relação aos outros países, refletem na taxa de exportação em relação ao PIB, uma das piores colocações do mundo no 140º lugar. E embora o país disponha de excelentes condições internas e um significativo poder de exportação, os resultados com essas vantagens não são gerados em bons resultados sólidos para a economia do Brasil.

Além dos pilares básicos e de eficiência, a desoneração de tributos indiretos é outro fator que favorece as exportações, proporcionando condições de preços equivalentes no mercado externo. Com os incentivos fiscais o peso da onerosa carga tributária, segundo Castro (2007) decresce, possibilitando um alcance competitivo do Brasil nos diversos mercados. Esses incentivos possibilitam muitas vezes que os preços no próprio mercado interno sejam mais altos que no externo.

De acordo com Maia (2008 p.21) “Costuma-se dizer que é difícil exportar mercadorias e impossível exportar impostos. Portanto, os principais países não tributam suas exportações”. Deste modo, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu que não incorrem sobre as exportações alguns tributos.

Segundo Freitas e Meireles (2010) existe uma série de benefícios para as empresas exportadoras, os chamados incentivos fiscais que são: IPI - Imposto sobre Produto industrializados, ICMS - Imposto Sobre circulação de Mercadorias e Serviços, o PIS - Programa de Integração Social, IOF - Imposto sobre Operações Financeiras e o COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social. Além desses existem outros regimes de desoneração de exportação, tais como: o REINTEGRA - Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para Empresas Exportadoras, RECOF - Regime Aduaneiro Especial de Entrepósito Industrial e RECAP - Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras. (MDIC, 2013).

2.3 INCENTIVOS À EXPORTAÇÃO

É certo que o Brasil ainda precisa ascender significativamente sua política de comércio exterior. Conforme Vazquez (2009), o Brasil deve observar vários fatores para melhorar sua posição no ranking dos países exportadores, tais como aperfeiçoar a imagem do país no mercado externo, expandir a integração regional com cooperação, inserir a política de comércio exterior na política educacional, agrícola, industrial e econômica, capacitar os empreendedores para exportar e qualificar seus respectivos produtos, além de mitigar a burocracia e incentivar a internacionalização, proporcionando aos brasileiros fatores que provoquem o interesse para as exportações.

Segundo MDIC (2012), foram desenvolvidos pela SECEX - Secretaria de Comércio Exterior com o apoio da DEAEEX - Departamento de estatística e apoio à exportação, ações e programas com metas de 2012 até 2015 para proporcionar aos brasileiros fatores de incentivos para as exportações, algumas delas são a difusão da cultura exportadora, a disseminação de informações do comércio exterior, o aprimoramento dos sistemas de gestão do comércio exterior e da defesa comercial brasileira e a ampliação de acesso a mercados internacionais.

Algumas iniciativas para alcançar essas ações já foram atingidas, como o lançamento de 12 Aprendendo a exportar, que é uma ferramenta que ensina o passo a passo da exportação em diversos segmentos para o empresário, a Vitrine do Exportador, que divulga virtualmente

as empresas e os produtos brasileiros no mercado internacional, o Radar Comercial ferramenta informatizada comercial que possibilita a identificação dos países e produtos oportunos no mercado externo, e o SISPRON - Sistema Interativo para uso das empresas com redução a zero da alíquota do imposto de renda na realização de pesquisa de mercado e promoção de produtos.

3 METODOLOGIA

Compreende-se que metodologia são todas as etapas realizadas na elaboração de um trabalho, onde se emprega técnicas, métodos e materiais diversos. (OLIVEIRA, 2005). E de acordo com Andrade (2009), a pesquisa se caracteriza como o conjunto de procedimentos, baseados no raciocínio lógico para descobrir resoluções de problemas apresentados através de métodos científicos. No estudo realizado optou-se por uma pesquisa descritiva, pois foram observados, registrados e interpretados os fatos históricos relacionados a exportação do Brasil e os dados relevantes das exportações no Tocantins, assim como nos seus respectivos municípios exportadores.

Quanto aos procedimentos, de acordo com Andrade (2009), a pesquisa é documental e bibliográfica por se basear tanto em fontes primárias como arquivos públicos e fontes estatísticas dos órgãos do governo, como também em fontes secundárias como livros, artigos de revistas e de internet, teses e monografias. A forma de abordagem utilizada é tanto o método quantitativo como o qualitativo, que segundo Oliveira (2005) o primeiro método se revela por meio do que pode ser mensurado em números, demonstrando as informações coletadas de maneira quantificável para obter uma análise dos dados, e o segundo método pelo que se pode explicar em profundidade sem a necessidade de quantificação.

Todos os procedimentos utilizados sustentam a base da pesquisa, que utilizou-se como principal fonte o Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, através de dados da Estatísticas de Comércio Exterior - DEAEX, como balança comercial do Brasil e do Tocantins, identificando-se a participação dos estados brasileiros, os principais países e blocos econômicos de destino, os principais produtos e o valor total exportado no ano de 2014. Também avaliou-se a balança comercial brasileira por unidades da federação, onde foram coletadas informações do Tocantins e dos seus respectivos municípios que exportaram no mesmo período citado anteriormente.

As informações como número de empresas exportadoras, principais municípios, destinos e produtos foram organizadas e analisadas em tabelas, extraído-se os municípios de maior importância por meio do Princípio de Pareto, que é um método no qual se separa os dados em três grupos de importância através de cálculos, sendo A o mais relevante, seguido de B e C. No grupo A foram classificados cinco municípios, no qual representa 67% das exportações, no grupo B encontram-se seis, que corresponde a 31% e no grupo C estão doze municípios representando 2%.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 PERFIL DO ESTADO DO TOCANTINS

O Tocantins é o mais novo dos 26 estados brasileiros e foi criado pela Assembleia Nacional Constituinte, sendo desmembrado do Estado de Goiás. Sua população estimada em 2014 é de 1.496.880, e sua área (km²) territorial é de 277.720,569. Ele está localizado na região norte do país, fazendo limites com os estados Maranhão, Pará, Goiás, Piauí, Bahia e Mato Grosso. (IBGE 2013).

Além de estar numa posição estratégica, ele também é considerado um dos cinco estados mais ricos em água do país, por possuir rios consideravelmente profundos, principalmente o rio Araguaia e o Tocantins, dois grandes rios navegáveis que juntos formam a bacia Araguaia-Tocantins, que tem uma área de extensão de 767.000 km², sendo uma das oito bacias macro brasileiras mais importantes do país e que abrange também outros estados como Goiás, Mato Grosso, Pará e Maranhão, sendo de extrema importância para o escoamento de soja, que figura como o principal produto exportado no Tocantins e no Brasil. Entretanto a navegabilidade dessa bacia hidrográfica só é viável durante seis meses no ano, por possuir pedrais, bancos de areia e travessões. (PORTAL DO TOCANTINS, 2008; MINISTERIO DO TRANSPORTE, 2015)

A Ferrovia Norte Sul - FNS e a Ferrovia de Integração Oeste Leste - Fiol também são fundamentais para logística do estado, conforme o Ministério do Transporte (2015) a FNS - de Bacarena/PA – Rio Grande/RS, é considerada a espinha dorsal da logística no Brasil, pois foi planejada pra a integração nacional, e quando estiver concluída possuirá 4.155 km de extensão e abrangerá além do Tocantins, os estados de Goiás, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Só no Tocantins 814 km já foram construídos passando por Aguiarnópolis, Palmas e Córrego do Chicote, e os 504 km de Arguiarnópolis a Palmas já estão em operação. A Ferrovia de Integração Oeste Leste, que terá, quando for concluída, 1.527 km de extensão, estabelecendo ligação entre o porto em Ilhéus e as cidades baianas de Caetité e Barreiras a Figueiropolis no Tocantins, ponto de interligação com a FNS que também é altamente relevante para o estado.

A BR-153 é a principal rodovia do Estado, sendo considerada umas das principais vias de ligação do Brasil, possuindo 799,3 km de extensão, iniciando em São Geraldo do Araguaia, na divisa do Tocantins com o Pará, e terminando em Talismã, divisa com o Goiás. Os municípios do Tocantins que exportam e norteiam a Br-153 são: Araguaína, Nova Olinda, Colinas do Tocantins, Presidente Kennedy, Guaraí, Fortaleza do Tabocão, Miranorte, Paraíso do Tocantins, Santa Rita do Tocantins, Gurupi, Cariri do Tocantins, Figueiropolis e Alvorada. Outras importantes rodovias para o estado são a BR-010, que possui 789,1 km de extensão, BR-230 com 146,4 km, BR-235 de 322,8 km e a BR-242 com 607,2 km. (MINISTERIO DO TRANSPORTE, 2015; DNIT, 2009).

4.2 PERFIL EXPORTADOR

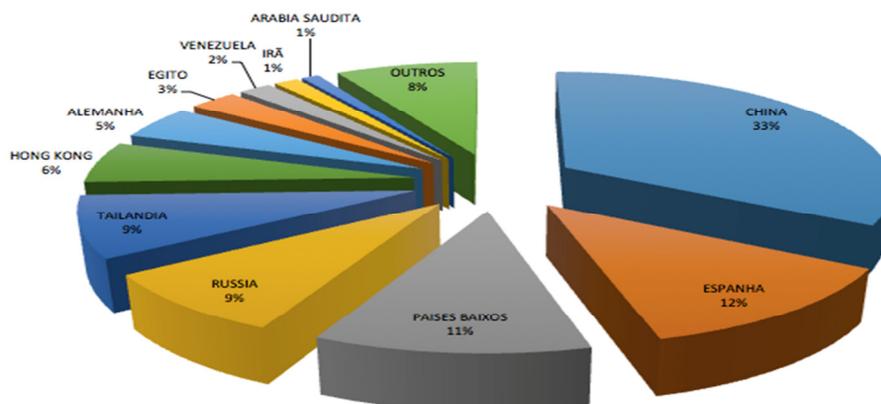
Entre os principais estados exportadores do Brasil estão São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Mato Grosso, Pará, Espírito Santo, Bahia, Santa Catarina, Goiás, Mato Grosso do Sul e Maranhão que representam 94,85% das exportações, seguidos de Ceará, Rondônia, Pernambuco e o estado do Amazonas que juntos detêm 2%. Dentre estes se destacam o estado de São Paulo com 22,86%, seguido por Minas Gerais 13,03%, e Rio de Janeiro que detêm 10,05%. O Tocantins aparece na 18ª posição com participação de apenas 0,38%, seguido por Alagoas, Amapá, Distrito Federal, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Roraima e Acre que representam um total de 0,96% (MDIC, 2014).

Importante ressaltar que as exportações no Tocantins tiveram uma variação positiva de 22,42% do ano 2013 para 2014, diferente dos estados de São Paulo e Minas Gerais que tiveram a variação negativa, de 8,39% e 12,31% respectivamente.

Os principais blocos de destino da exportação nacional são a Ásia (exclusive Oriente Médio) com participação de 32,7%, América Latina e Caribe - 20,5%, União Europeia - 18,7% Estados Unidos - 12,1% e Mercosul - 11,1%. No estado Tocantinense a Ásia (exclusive Oriente Médio) permanece como principal bloco de destino, correspondendo a 49,53%, seguido pela União Europeia com 30,89%. (MDIC, 2014). A Figura 2 apresenta os principais países de destino das exportações do Tocantins.

Figura 2:

Principais Países de Destino das Exportações do Tocantins em 2014



Nota: Fonte: adaptado MDIC (2014).

Observa-se pela Figura 2, que a China é o país que detém a maior participação das exportações do estado, seguido por Espanha, Países Baixos, Rússia e Tailândia, que juntos representam um total de 74%. Os outros 19 países de destino que não aparecem no gráfico correspondem a 8% das exportações, entre eles estão Cazaquistão, Vietnã, Coreia do Sul, Itália e Japão.

Apesar das políticas brasileiras, voltadas para aumentar a participação do setor secundário e terciário, podemos observar na evolução histórica do Brasil que suas exportações sempre estiveram relacionadas com o setor primário.

Em 2014 os produtos que apresentaram maior contribuição nas exportações do Brasil, segundo o MDIC (2014) ainda são: complexo de soja, correspondendo a 14% das exportações, minérios com 12,6%, petróleo e combustíveis representando 11,2 %, e outros produtos como materiais de transportes, carnes, químicos, produtos metalúrgicos, açúcar e etanol, máquinas e equipamentos, papel e celulose que correspondem a 41,4%, destacando se entre eles com maior participação os materiais de transportes - 9,1%, as carnes - 7,5% e os produtos químicos - 6,7%.

Assim como no Brasil, a soja ainda detém a maior participação no comércio internacional do Tocantins, com 72,9%, seguida pelas carnes de bovinos, que possuem participação de 20,35%. Juntos esses dois produtos representam quase a parcela total de exportações do estado. (MDIC, 2014). A Figura 3 apresenta os principais produtos e municípios do estado no âmbito da exportação.

Figura 3:

Principais municípios exportadores e produtos do Estado do Tocantins em 2014.

PRINCIPAIS MUNICÍPIOS	PRINCIPAIS PRODUTOS	EXPORTAÇÃO (US\$ FOB)	PART. NAS EXPORTAÇÕES - TOCANTINS (%)
Campos Lindos	1. Soja, mesmo triturada - 95,69%. 2. Milho - 4,31 %.	201.180.737	20,89
Pedro Afonso	1. Tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja - 52,90%. 2. Soja, mesmo triturada - 40,62%. 3. Óleo de soja e respectivas frações, mesmo refinados, mas não quimicamente modificados -	155.148.065	16,11

	6,8%.		
Araguaína	<ol style="list-style-type: none"> 1. Carnes de animais da espécie bovina, congeladas - 81,10%. 2. Carnes de animais da espécie bovina, frescas ou refrigeradas - 15,15%. 3. Tripas, bexigas e estômagos de animais, exceto peixes, inteiros ou em pedaços, frescos, refrigerados, congelados, salgados, secos ou defumados - 2,50%. 4. Miudezas comestíveis de animais das espécies bovina, suína, ovina, caprina, cavalari, asinina e muar, frescas, refrigeradas ou congeladas - 1,25%. 	128.262.976	13,32
Guaraí	<ol style="list-style-type: none"> 1. Soja, mesmo triturada -99,30%. 2. Milho -0,70%. 	83.406.361	8,66
Cariri do Tocantins	<ol style="list-style-type: none"> 1. Soja, mesmo triturada -100%. 	76.254.913	7,92

Nota: Fonte: adaptado MDIC (2014).

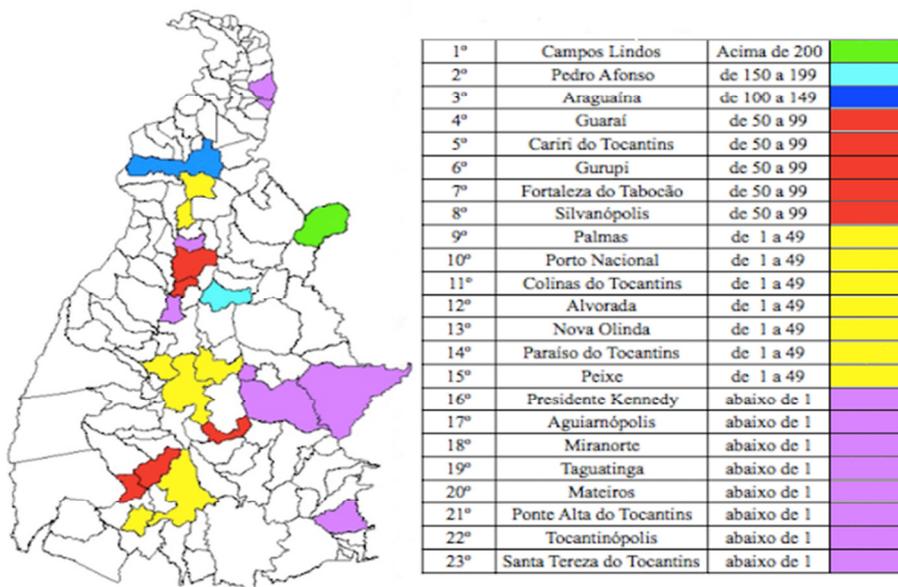
Esses cinco municípios classificados pelo diagrama de Pareto como os de maior importância, representam aproximadamente 20% dos municípios exportadores do Estado, detendo cerca de 70% do total de exportações.

Dentre eles, o que mais se destaca é Campos Lindos, cujo principal produto é a soja, que aparece também em Pedro Afonso, Guaraí e Cariri do Tocantins. Em termos de diferenciação do produto e maior distribuição da participação em porcentagem, os que mais se sobressaem são Araguaína e Pedro Afonso.

Os 18 municípios que não aparecem no quadro são os que foram classificados como B e C de acordo com o Diagrama de Pareto, por possuírem média e pequena relevância, correspondendo a 33% no total, tendo como principais produtos exportados o complexo de soja, carnes e derivados, sumos de fruta, carvões ativados, elementos químicos e isótopos radiativos, pedra-pomes, esmeril, granada natural, obras de lufa e de cestaria e algodão. Abaixo o mapa apresenta a participação em milhões dos 23 municípios que exportaram em 2014. A Figura 4 apresenta todos os municípios exportadores do estado do Tocantins.

Figura 4:

Mapa do Tocantins: Participação em Milhões dos Municípios Exportadores em 2014(US\$ FOB)



Nota: Fonte: Dados da pesquisa (2015)

Em 2014 identifica-se o maior número de municípios exportadores no estado desde 2006, um total de 23 municípios, sendo que em 2006 havia apenas 12. É importante ressaltar que outros municípios do Tocantins, como Tupirama e Paranã, já tiveram participação nas exportações em 2013, e Wanderlândia de 2001-2003 entre os anos do mesmo período citado anteriormente (2006-2014).

Pode-se perceber que Campos Lindos, Pedro Afonso e Araguaína são os maiores exportadores do estado, cujos principais produtos exportados são a soja e derivados, o álcool e carnes bovinas refrigeradas e congeladas. Os municípios que exportam de 50 a 99 milhões são Cariri do Tocantins, Guaraí, Fortaleza do Tabocão e Silvanópolis todos tem a soja como produto principal.

Conforme a Figura 4, toda a microrregião do Estado tem em maior ou menor volume de exportação algum município que exporta, sendo que a concentração maior fica nas microrregiões do centro norte, centro oeste e nordeste do estado.

O número de empresas exportadoras localizadas nesses municípios em 2014 são 53, entre elas as que mais se destacam em termos de valor exportado acima de 50 milhões são: Minerva S/A em Araguaína; ABC-Industria e comercio S/A e Bunge Alimento S/A em Campos Lindos; Pedro Afonso Açúcar e Bioenergia S/A em de Pedro Afonso; Multigrain S/A de Fortaleza do Tabocão; Bunge Alimentos S/A de Guaraí; Cooperativa dos produtores de carne e derivados de guru em Gurupi e a Fiagril LTDA de Silvanópolis.

Os municípios que mais se destacaram em termos de quantidade de empresas, foram Ponte Alta do Tocantins com 16 empresas, todas com faturamento de até 1 milhão, seguido por Porto Nacional com 06 e Campos Lindos com 4 empresas. De modo geral 8 empresas do estado possuíram faturamento acima de 50 milhões sobre as exportações, 11 delas de 10 a 50 milhões, 7 de 1 a 10 e 28 empresas abaixo de milhão.

4.3 ANÁLISES DOS RESULTADOS

Compreende-se que as características do país, refletem diretamente no perfil do estado do Tocantins, apresentando similaridades como o principal produto, bloco e país de destino, que em ambos são a soja, a Ásia e a China. Percebe-se também o grande potencial exportador agropecuário desse estado que somente com dois produtos: soja e carnes bovinas representa 93,25% do total das exportações do Tocantins. Importante enfatizar o crescimento nas exportações do Estado de 2013 a 2014, quando comparado com outros estados com maior volume de exportação.

Os municípios que mais se destacam como maiores exportadores são Campos Lindos, Pedro Afonso, Araguaína, Guaraí e Cariri do Tocantins. Observa-se também que são necessárias ações de estímulo à exportação no nível estadual e melhorias nos pilares básicos do país, para que os estados de maneira geral possam obter resultados significativos nos aspectos de comunicação, instituições, ambiente macroeconômico, educação e saúde e a infraestrutura, principalmente logística.

Para promover o desenvolvimento foram realizados vários incentivos, de âmbito nacional para fomentar a atividade exportadora, tais como ferramentas virtuais e incentivos fiscais, ou seja, a desoneração tributária, que é de extrema importância para promover a competitividade internacional.

Porém, mesmo com todas as isenções, a legislação brasileira muitas vezes não respeita esses incentivos, instituindo muitas exigências que prejudicam o exportador e afetam significativamente a competitividade dos produtos, outro fator que não favorece é a falta de conhecimento dos empresários em relação ao ressarcimento dos tributos e as isenções dos mesmos. Por isso é importante almejar a eficiência do sistema tributário, para evitar a

cumulatividade dos tributos e a desburocratização do mesmo, para não prejudicar a competitividade do país.

Além das ações que são fundamentais para fomentar a atividade exportadora, o Tocantins possui riquezas naturais, como rios navegáveis e uma excelente posição geográfica altamente promissora para o escoamento dos produtos por diversos modais.

No período de 2011 a 2014, foram executadas intervenções no país e no Tocantins para a conclusão de rodovias estratégicas, ampliação da fronteira agrícola e integração Nacional, assim como também foram concluídas obras ferroviárias para estruturar eixos de transportes em bitola larga, para aumento da capacidade de carga e integração multimodal, além disso foram feitas adequações para eliminar ou diminuir os problemas do fluxo de trens em áreas urbanas. E no transporte hidroviário foram executadas obras de manutenção e adequação nas hidrovias brasileiras. Entretanto ainda é necessário muitos investimentos e ações imediatas como construção de portos e terminais, pontes, eclusas, finalização dos trechos da FNS, construção da ferrovia de integração Oeste Leste – FIOLE, e duplicação de rodovias, adequação e pavimentação. (MINISTÉRIO DO TRANSPORTE, 2015).

Todos esses fatores são essenciais para promover a cultura exportadora e aumentar a participação do estado, que apesar de pequena, possui grandes oportunidades de crescimento e um enorme potencial a ser explorado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente o desenvolvimento do Brasil na atividade exportadora, que teve seu marco com a publicação da Carta Régia de abertura dos portos e que ao longo de muitos anos teve o café como principal produto do mercado externo, onde por meio dele também o país brasileiro alcançou seu primeiro superávit nas exportações. No entanto com as incertezas e as crises do setor cafeeiro que abalou profundamente a economia, o país estimulou a diversificação da pauta produtora, e atualmente a soja é o primeiro produto mais exportado do ranking brasileiro.

Apesar dos avanços significativos, percebe-se que as exportações do Brasil, assim como no Tocantins é mais voltada para os produtos básicos como no início da história brasileira, levando em consideração que os produtos básicos não são produtos de maior valor agregado consequentemente são mais baratos e geram superávits menores. Além desse aspecto as exportações do estado concentram-se muito em apenas dois produtos: a soja e a carne, gerando maior risco e dependência. Por tanto para aumentar a participação do estado, que não chegou nem a 1% é preciso manter as exportações do setor primário, pois elas são favoráveis no estado, e almejar o aumento da pauta de produtos, principalmente do setor terciário.

O presente estudo identifica o perfil exportador do estado, através de seus principais mercados principalmente os países da Ásia; produtos, como o complexo de soja, carne e derivados, sendo que seus principais municípios exportadores são Campos Limpos, Pedro Afonso e Araguaína. Outra característica importante é que a maioria dos municípios exportadores estão à margem da BR-153 ou da Ferrovia Norte Sul, o que indica a necessidade de melhoria da infraestrutura para facilitar ainda mais o escoamento da produção.

Assim, este estudo abre novas possibilidades de pesquisa, que podem apresentar resultados importantes para decisões futuras de produção e de investimentos quanto a exportação no Tocantins, como a análise das importações do Estado; análise comparativa entre o estado do Tocantins e demais estados da federação; além de um estudo sobre os municípios do Tocantins que deixaram de exportar em 2014 como Tupirama, Parã e Wanderlândia.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à metodologia do trabalho**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CASTRO, José Augusto de. **Exportação: aspectos práticos e operacionais**. São Paulo: Aduaneiras, 2007.

DAVID, Pierre A.; STEWART, Richard D. **Logística internacional**. 2. Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

DNIT - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES. **Rodovias Tocantins**. 2009. Disponível em: <<http://www.dnit.gov.br/mapas-multimodais/arquivos-kml/rodovias-tocantins.kml/view?searchterm=rodovias>>. Acesso em 13 de Fev. de 2015.

FREITAS, Luiz Henrique da Silva; MEIRELES, Elisângela Cabral. **Fatores Intervenientes da competitividade das exportações brasileiras com ênfase na desoneração tributária**. [S.L: s.n], 2010. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/comex/article/view/503/381>>. Acesso em 25 de Fev. de 2015.

GLOBAL COMPETITIVENESS INDEX. **World Economic Forum**. 2015. Disponível em: <<http://reports.weforum.org/global-competitiveness-report-2014-2015/economies/#economy=BRA>>. Acesso em 21 de fev. de 2015.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tocantins**. 2013. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=to>> . Acesso em 13 de Fev. de 2015.

MAIA, Jayme de Mariz. **Economia internacional e comércio exterior**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **200 Anos de comércio exterior**. 2008. Disponível em:

<<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/noticia.php?area=5¬icia=8219>> Acesso em 10 de Nov. de 2014.

_____. **Ações e programas da SECEX**. 2012. Disponível em:

<<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=3516>>. Acesso em 26 de Fev. de 2015.

_____. **Desoneração das exportações**. 2013. Disponível em:

<<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=3578>> . Acesso em 26 de Fev. de 2015.

_____. **Balança comercial brasileira: dados consolidados**. 2014. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=4761>>. Acesso em: 01 de Fev. de 2014.

_____. **Empresas exportadoras**. 2014. Disponível em:

<http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1426861990.xls>. Acesso em 30 de Jan. de 2015.

_____. **Balança comercial brasileira: unidades da federação**. 2015. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=4893&refr=1076>>. Acesso em 30 de Jan. de 2015.

MINISTÉRIO DO TRANSPORTE. **Ferrovias brasileiras**. 2015. Disponível em: <<http://www.transportes.gov.br/transporte-ferroviario/52-sistema-de-transportes/1456-transporte-ferroviario-concessoes.html>>. Acesso em 13 de Fev. de 2015.

_____. Transporte: resultados 2011-2014. 2014. Disponível em: <<http://www.transportes.gov.br/>>. Acesso em 12 de Mar. De 2015.

_____. **Bacia do Tocantins-Araguaia**. 2015. Disponível em: <<http://www.transportes.gov.br/conteudo/1446-bacia-do-tocantins-araguaia.html>>. Acesso em 13 de Fev. 2015.

_____. **Ferrovia de integração oeste leste**. 2015. Disponível em: <http://www.valec.gov.br/acoes_programas/FerroviaIntegracaoOesteLeste.php>. Acesso em 20 de Mar. de 2015.

_____. **Ferrovia norte sul**. 2015. Disponível em: <http://www.valec.gov.br/acoes_programas/FNSFerroviaNorteSul.php>. Acesso em 20 de Mar. de 2015.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer**: projetos, relatórios, monografias, dissertações e teses. 3. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

De PAULA, Juarez. **Desenvolvimento Local**: como fazer?. Brasília: SEBRAE, 2008. Disponível em <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/Desenvolvimento-Local.-Como-fazer%3F>>. Acesso em: 14 de nov.2014.

‘PORTAL DO TOCANTINS. **Características**. 2008. Disponível em <<http://portal.to.gov.br/tocantins/2>>. Acesso em 28 de Fev. de 2015.

TADEU, Hugo Ferreira Braga. **Paradoxo do crescimento**. 2011. Disponível em: <<http://www.fdc.org.br/blogespacodialogo/Lists/Postagens/Post.aspx?ID=102>>. Acesso em 10 de Fev. de 2015.

VAZQUEZ, José Lopes. **Comércio exterior brasileiro**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.